



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Conselho Superior

ATA Nº 5/2022/CONSUP/IFTO, DE 15 DE JUNHO DE 2022

1 Ata da segunda reunião ordinária de dois mil e vinte dois do Conselho Superior
2 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. No dia
3 quinze de junho de dois mil e vinte e dois, às nove horas, no Auditório I da Reitoria,
4 situada Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto
5 1, Lote 8, Plano Diretor Sul, Palmas/TO — CEP 77020-450, reuniu-se, sob a
6 presidência do magnífico reitor, Antonio da Luz Júnior, o Conselho Superior do
7 IFTO. Foi registrada a presença dos representantes do Colégio de Dirigentes: Paula
8 Karini Dias Ferreira Amorim, primeira titular; Pietro Lopes Rêgo, segundo titular;
9 Flavio Elizario de Souza, terceiro titular; Manoel Delintro de Castro Neto, quarto
10 titular; dos representantes dos servidores docentes: Otávio Cabral Neto, primeiro
11 titular; Saldanha Alves Braga, segundo titular; Anderson Brasil Silva Cavalcante,
12 segundo suplente; dos representantes dos servidores técnico-administrativos: Iomar
13 Lima Lago, primeiro titular; Mayana Alencar de Matos, segunda titular; Andréia
14 Sousa Castro, primeira suplente; dos representantes dos discentes: Elson Martins
15 Neves, primeiro titular; Isabela Enumo Gottardi, segundo titular; Maicon Aidyon
16 Santos Brito, terceiro titular; Yohann Cristian Alves, quarto titular; dos
17 representantes dos egressos: Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, primeiro
18 titular; Geovane Souza Moura, segundo titular; do representante do Sindicato das
19 Indústrias de Construção Civil do Estado do Tocantins – SINDUSCON-TO, Cleber
20 Decarli de Assis, titular; do representante da Secretaria Estadual de
21 Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária – SEAGRO, Thiago Fontolan Tardivo,
22 titular; e da representante da Secretaria do Conselho Superior, Rosseane Elysa
23 Ferreira Barbosa. O presidente agradeceu a presença de todos, conferiu o quórum e
24 declarou aberta a sessão. Na sequência, procedeu-se aos informes gerais. O
25 presidente informou que no dia anterior, na reunião do Colégio de Dirigentes –
26 CODIR, haviam deliberado sobre a realização dos jogos dos estudantes e também
27 dos jogos em 2022. Ressaltou a importância da comunidade ter a ciência de que
28 mesmo no cenário de bloqueio dariam sequência no planejamento dos jogos.
29 Informou que os jogos dos estudantes seriam realizados no final do mês de agosto,
30 no *Campus* Porto Nacional. Agradeceu ao diretor-geral, Albano Dias Pereira Filho e
31 toda a comunidade do *Campus* Porto Nacional que se disponibilizaram em receber a
32 competição. Informou que os jogos dos servidores seriam realizados no início do
33 mês de setembro no *Campus* Pedro Afonso. Agradeceu também a professora Mírian
34 e a comunidade do *Campus* Pedro Afonso por receberem os servidores que
35 certamente participariam da competição. Lembrou que desde o interstício da última
36 reunião, especialmente no mês de maio, iniciaram a participação nos eventos de
37 agropecuária, bastante tradicionais do Estado. Destacou a presença do IFTO na
38 Agrotins, aproveitou para agradecer a todos os colegas que participaram, em

39 especial a todos os estudantes de curso superior na área do agronegócio do IFTO,
40 coordenadores de curso que se envolveram no planejamento e demais servidores
41 que estiveram presentes e ou envolvidos nas atividades de planejamento e
42 execução. Destacou a importância do IFTO ocupar esses espaços mostrando a
43 sociedade sua participação ativa na cadeia do agronegócio Tocantinense. Informou
44 que no dia anterior o IFTO havia iniciado a prestação de um serviço aguardado por
45 toda a comunidade – lançamento da reativação das contas da Google, disse que a
46 partir de então todas as contas passaram a ter novamente a possibilidade de
47 gravação de reuniões e demais mecanismos das contas pagas do Google. Pediu que
48 todos testassem e em caso de dificuldade comunicassem a equipe de TI. Comunicou
49 o bloqueio orçamentário institucional, mas ressaltou que a gestão estava se
50 planejando e organizando ações institucionais para evitar o impacto nas atividades
51 de ensino, pesquisa e extensão que estavam em curso, assim como os impactos na
52 redução dos postos de trabalho terceirizado. Frisou que por mais que fosse um
53 volume significativo de orçamento buscariam ações que evitassem os impactos
54 diretamente nestes itens. Comunicou a suspensão no dia vinte e quatro de maio do
55 serviço de refeição aos estudantes da Instituição. Informou que o serviço estava
56 sendo ofertado em todas as unidades com exceção do *Campus Araguatins*, mas que
57 não vinha sendo avaliado satisfatoriamente pela comunidade estudantil, e que a
58 empresa manifestou interesse em suspender a oferta do serviço em virtude de
59 dificuldades financeiras, e de comum acordo entenderam que seria o melhor para o
60 momento. Falou que desde então estavam discutindo com os diretores e buscando
61 com as equipes estudantil uma alternativa para retornar o quanto antes com o
62 fornecimento de refeição em todas as nossas unidades. Frisou que o objetivo era o
63 retorno do serviço de refeição em todas as unidades mesmo naquelas em que antes
64 da pandemia não ofertavam o serviço, pois entendiam a importância de
65 fornecimento da refeição aos estudantes, por isso, buscariam em um curto espaço
66 de tempo retornar com serviço que atendesse às necessidades institucionais e fosse
67 satisfatório para a comunidade estudantil. A conselheira Andréia representante dos
68 TAE's, primeira suplente, do *Campus Araguaína* solicitou a inclusão de ponto pauta, a
69 saber: Emissão pelo Conselho de uma nota de repúdio ao ato de furto da faixa
70 colocada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica,
71 Profissional e Tecnológica — SINASEFE, no *Campus Avançado Lagoa da Confusão* no
72 último dia 13. Disse que acreditava que o IFTO era uma instituição de ensino onde o
73 respeito à liberdade de expressão tinha que estar em primeiro lugar. Disse ainda que
74 o ato afetava todos os servidores, pois o sindicato os representava. A conselheira
75 Cristiely compartilhou conquistas de alguns egressos do IFTO principalmente do
76 *Campus Araguatins*. Informou que em 9 de julho de 2022 realizariam o 28º Encontro
77 de Egressos e convidou a todos os egressos para participarem. Parabenizou a aluna
78 Ana Cláudia e o aluno Kelvin que haviam passado no vestibular da Universidade
79 Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Disse que os dois eram dedicados, ressaltou o
80 destaque que tinham quando estudantes, desejou aos dois sucesso na nova jornada.
81 Compartilhou o caso de sucesso, superação e conquista do aluno egresso da Escola
82 Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), da turma de 2006, Jairo Alves Pereira,
83 formado como técnico em agricultura. Cristiely disse que Jairo queria que a história
84 dele servisse de inspiração aos egressos que estavam chegando no mercado.
85 Cristiely contou que Jairo adquiriu conhecimento muito válido e rico no curso, tanto
86 que ainda no 1º ano de curso teve a oportunidade de trabalhar em dois estágios no
87 na época, prestando serviços para o Interior do Estado do Pará e Tocantins. Informou
88 que o seu desempenho foi tão excelente que no seu primeiro ano de formado se

89 tornou coordenador técnico em seguida alçou novos voos e foi o primeiro técnico
90 registrado oficialmente no Ministério da Pesca e Aquicultura do Estado do Tocantins,
91 tendo a oportunidade de trabalhar em 23 municípios e elaborar diversos projetos
92 que beneficiaram os pescadores. Informou o motivo de Jairo querer compartilhar
93 sua história, ele havia sofrido um acidente e passado 16 dias em coma, estava se
94 recuperando e deixando uma mensagem importante para os egressos com o relato
95 da sua experiência de vida, conquistas e superação: "Sempre resguardado pelas
96 tarefas de trabalho, sempre utilizem proteção, hoje estou aposentado e de sucesso
97 nos vemos no Encontro dos Egressos". Compartilhou também com muita alegria o
98 caso de sucesso do egresso duas vezes no *Campus Araguatins*, Talíbio de Arruda. Leu
99 o relato de agradecimento do aluno a todos que contribuíram com a sua jornada de
100 estudante e consequentemente suas conquistas. Informou que o ensino médio
101 integrado a que Talíbio se referia era o curso técnico em Agropecuária do *Campus*
102 Araguatins do IFTO e que também havia se licenciado em Ciências Biológicas. O
103 presidente agradeceu a Cristiey pelos relatos e pediu que ela levasse seus
104 cumprimentos a todos os egressos do *Campus Araguatins* pelas conquistas. O
105 conselheiro Elson também compartilhou alguns casos do *Campus Araguatins* que de
106 acordo com ele reforçavam a importância do IFTO na formação acadêmica. Lembrou
107 que estavam em período de pandemia que infelizmente agravou o ensino com as
108 limitações das aulas práticas. Disse que após o retorno das atividades presenciais a
109 instituição vinha trabalhando para suprir os 2 anos de pandemia que estiveram
110 afastados. Relatou a participação do *Campus* recentemente em dois dias de campo
111 próximo a região, os dois relacionados à bovinocultura, um na integração de
112 pastagem e o outro bovinocultura de corte, citou inclusive que um deles era o maior
113 Estado do Maranhão. Disse que um foi em Açailândia e o outro nas redondezas de
114 Araguatins e que trabalharam a questão de reforma de pasto e principalmente a
115 habilidade na proteção do solo e etc. Informou que recentemente o *Campus*
116 Araguatins havia participado da Exposição Agropecuária em Araguaína, e três
117 equipes participaram da competição de ideias relacionadas ao agronegócio e que o
118 *Campus Araguatins* conseguiu o primeiro lugar e o terceiro lugar. Parabenizou aos
119 participantes e destacou a importância do IFTO na pesquisa citando o único trabalho
120 aprovado em todo o Instituto Federal do Tocantins no maior congresso de economia
121 da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, que
122 seria apresentado no mês de agosto. Parabenizou a todos os envolvidos nas
123 conquistas. O conselheiro Geovane parabenizou a articulação feita pela Reitoria e
124 direção do *Campus Paraíso Tocantins* com o movimento estudantil e a Prefeitura de
125 Paraíso Tocantins. Informou que finalmente havia sido aberto o processo de licitação
126 para transporte público para o traslado até o IFTO. Parabenizou principalmente ao
127 movimento estudantil que não desistiu e manteve o diálogo com o prefeito César
128 Moraes a quem também parabenizou pela conquista. Parabenizou também dois
129 egressos, Elaine Panta e Gledson Magalhães do *Campus Paraíso* que foram
130 aprovados no processo seletivo de professores substituto, disse que as aprovações
131 mostravam a grandiosidade que o IFTO tinha para a comunidade e que se deu
132 através de muito esforço, muito talento e muito profissionalismo dos egressos.
133 Parabenizou também o ex Conselheiro Luiz Felipe, aprovado no concurso público da
134 Polícia Militar do Tocantins e que estava no curso de formação representando tão
135 bem os egressos do IFTO. Disse que estavam juntos em todas as lutas, inclusive nas
136 manifestações contra os cortes na educação, se disponibilizou para dialogar e
137 participar dos movimentos estudantis. A conselheira Isabela disse que os estudantes
138 do IFTO repudiavam o bloqueio, pois afetava diretamente o bom e pleno

139 funcionamento dos Institutos Federais. Informou que o pessoal organizou os atos
140 do *Campus* Palmas e do *Campus* Araguatins do IFTO e que os estudantes não
141 ficariam calados, pois os bloqueios afetavam diretamente a permanência e o êxito
142 dos estudantes dentro do Instituto Federal. Afirmou que os estudantes queriam
143 permanecer e estar dentro dos Institutos Federais. Informou que se os bloqueios
144 continuassem, se não recuassem, o movimento estudantil também não recuaria,
145 continuariam pressionando o governo, as autoridades, pois apesar dos bloqueios
146 terem diminuído de 24 para 12%, eles não podiam acontecer. Destacou que o
147 dinheiro precisava estar nos Institutos Federais, presente no dia a dia dos
148 estudantes, fosse com infraestrutura, visita técnica ou especialização, o dinheiro
149 precisava estar nas mãos dos estudantes e que lutariam diariamente pela
150 diminuição do bloqueio para 0%. O conselheiro Maicon relatou que dois estudantes
151 do *Campus* Avançado Pedro Afonso foram classificados no concurso do IFTO, disse
152 que era muito gratificante ver o resultado dos estudantes e mais ainda vê-los
153 voltando para o IFTO como profissionais. Falou que estava muito feliz com todos os
154 relatos dos estudantes e em saber que o movimento estudantil não estava parado,
155 pelo contrário estava ativo e não deixaria aos cortes acontecerem, até porque
156 sabiam que o êxito dos estudantes vinham de projetos de pesquisa, extensão, da
157 junção da Reitoria com os *campi*. Finalizou dizendo que os estudantes não se
158 calariam. O conselheiro Flávio Elisiário, representante 3º titular do Colégio de
159 Dirigentes, e diretor-geral do *Campus* Paraíso Tocantins parabenizou os estudantes e
160 egressos pelas conquistas, disse que todas representavam muito as lutas dos
161 estudantes e da população. Informou que na segunda-feira, 13 de junho, havia
162 recebido em seu gabinete os representantes da empresa que faria o novo transporte
163 público na cidade de Paraíso do Tocantins. Disse que o contrato ainda não tinha sido
164 assinado, por isso, ainda não tinham divulgado, estavam aguardando, pois o ente
165 contratante era o próprio poder público municipal, mas mencionou que assim que
166 assinassem e tudo estivesse legitimado fariam todas as divulgações. Disse que o
167 ônibus estava em bom estado e que estavam com a expectativa elevada com relação
168 ao retorno. Agradeceu a comunidade acadêmica que se empenhou, aos membros
169 do Consup que se colocaram à disposição, ao reitor pela representação, e ao poder
170 público municipal na pessoa do prefeito Celso Moraes pelo empenho, haja vista que
171 a dificuldade com o transporte não era recente, mas desde da empresa anterior,
172 estabelecida com as condições dos ônibus. Afirmou que houveram uma série de
173 circunstâncias e dores que o *Campus* Paraíso Tocantins já sabiam e expressou a
174 gratidão do *campus*. Quanto às participações nas feiras agropecuárias, informou
175 que em Paraíso tinha uma feira bastante tradicional na região, que a maior parte da
176 população de Paraíso e do grande entorno do Vale do Araguaia (cidades com raio de
177 200 km) participavam de forma efetiva da festa, que estava se tornando uma feira de
178 negócios (tecnologia e negócio). Informou que o *Campus* Paraíso participou de
179 forma efetiva, com stand, ofertando cursos à toda comunidade acadêmica pelo
180 desenvolvimento de vários projetos. Parabenizou a todos os envolvidos do *Campus*
181 Paraíso Tocantins e agradeceu também ao professor Otávio que participou e fez uma
182 oficina bastante produtiva, agradeceu a todos os parceiros inclusive as empresas do
183 setor privado, parcerias feitas para viabilizar o stand. Agradeceu também ao Milton,
184 Pró-reitor de Extensão, por todo suporte e a comissão e servidores do IFTO *Campus*
185 Paraíso Tocantins. O presidente agradeceu a todos os colegas conselheiros pelas
186 manifestações, principalmente aos representantes discentes que levaram as
187 informações, especialmente a Isabela e o movimento estudantil pelo apoio naquele
188 momento de dificuldade. Disse que era fato que tudo isso atingia a gestão

189 institucional e toda a instituição. Ressaltou a importância naquele momento de
190 atuarem de modo conjunto, cada um com seu viés de atuação e sua forma de
191 atuação, mas que era importante todos estarem atentos aos movimentos que
192 estavam acontecendo. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto três, a
193 saber: deliberação acerca da aprovação da Ata nº 4/2022/CONSUP/IFTO, referente à
194 primeira reunião ordinária de 2022 (1600353). A conselheira Cristieley pediu a
195 correção dos nomes dos professores Elbert e Lawrência. Após apresentação,
196 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por quinze (15) votos
197 favoráveis e uma (1) abstenção (Andréia Sousa Castro). Na sequência, colocou-se em
198 apreciação a solicitação de inclusão de ponto pauta apresentado pela conselheira
199 Andreia. O presidente pediu que a conselheira apresentasse o objeto para
200 contextualizar o motivo da solicitação aos conselheiros. Andréia relatou que no
201 último dia 30 de maio em Assembleia de servidores com o sindicato foi aprovado
202 que os representantes do sindicato fariam visitas aos *campi* para poder mobilizar os
203 servidores sobre a luta pela recomposição salarial. Informou que as visitas
204 aconteceram, ela inclusive participou da visita a Reitoria com a diretoria do
205 Sindicato, e também participou das visitas ao *Campus* Porto Nacional, *Campus*
206 Palmas e *Campus* Araguaína, e outros colegas foram aos demais *campi*. Disse que
207 foram muito bem recebidos, que todos os servidores foram receptivos, afinal a
208 pauta era dos servidores que estavam há mais de 5 anos sem reajuste salarial, então
209 não era uma luta do Sindicato era uma luta dos servidores. Andréia noticiou que no
210 dia 13 de junho, na segunda-feira anterior, alguns colegas estiveram no *Campus*
211 Lagoa da Confusão e colocaram, assim como nos demais *campi* e Reitoria, a faixa
212 sobre a corrosão salarial e adentraram ao *Campus* para conversar com servidores
213 que os receberam muito bem. No entanto, ao sair do *campus* perceberam que a
214 faixa tinha sido furtada. Andreia disse que o ato era de intolerância e que não
215 poderiam ser conivente com isso, pois estavam em uma instituição de ensino onde
216 todos estavam sendo afetados pela questão de perdas salariais, que sentia essa
217 perda no bolso todos os dias e que não ficaria calada. Pediu que fosse emitida pelo
218 Conselho uma nota de repúdio ao ato de furto, pois afetava a liberdade de
219 expressão e todos os servidores não só ao Sindicato, afinal, a verdade era que o
220 sindicato era eles (todos). O presidente questionou se a solicitação da conselheira
221 Andréia era a emissão de nota de repúdio pelo Consup e se o sindicato a tinha feito.
222 Andréia respondeu que sim aos questionamentos. Na sequência, procedeu-se à
223 deliberação sobre a inclusão do ponto de pauta apresentado pela conselheira
224 Andréia, a saber: deliberação acerca da emissão pelo Conselho de nota de repúdio
225 ao ato de furto da faixa colocada pelo SINASEFE no *Campus* Avançado Lagoa da
226 Confusão no dia 13 de junho de 2022. O item foi submetido à votação, tendo sido
227 aprovado por quinze votos favoráveis e 1 voto contrário (Manoel Delintro de Castro
228 Neto). Na sequência, procedeu-se à apresentação da Auditoria Interna do IFTO. O
229 auditor Carlos Frederico iniciou explicando a relação da Auditoria dentro do IFTO, às
230 vezes ele mesmo via confusão com esta relação de identidade. Informou que no
231 Decreto que regulamentava o sistema federal de controle interno, por exemplo, a
232 unidade de auditoria interna não estava contemplada dentro do sistema federal de
233 controle interno, era um órgão singular que prestava apoio ao sistema federal de
234 controle interno e esse mesmo decreto estabelecia que as entidades da
235 administração indireta deveriam instituir e estruturar uma unidade interna
236 responsável por prestar avaliação e consultoria de forma independente e objetiva
237 para agregar valor organizacional em instituição. Carlos informou que esse mesmo
238 Decreto criava a ressalva de que se não fosse possível estruturar e criar a unidade

239 estaria tudo bem desde que o chefe da instituição designasse alguém para a função.
240 Esclareceu que a Unidade de Auditoria Interna do IFTO – AUDIN tinha duplo
241 reporte, ao Conselho quando apresentava o resultado dos trabalhos fosse no plano
242 em série avaliativa (relatórios de auditoria interna) fosse no plano de consultoria
243 quando apresentava notas de auditoria interna e no dia a dia se reportava ao reitor.
244 Explicou que o desempenho e a efetividade da Unidade de Auditoria Interna
245 dependia muito do censo republicano da autoridade máxima da instituição.
246 Compartilhou que durante os anos trabalhados no IFTO tanto o professor Antônio
247 como o professor Nairton tinham esse espírito, nunca tolheram qualquer
248 independência funcional nesse sentido. Lembrou que teve a oportunidade em
249 março de conversar com os conselheiros ainda que remotamente, quando da
250 deliberação a respeito do PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Internas
251 que era basicamente o roteiro, o guia de trabalho para o ano vigente. Disse que
252 evidentemente adaptações poderiam acontecer, pois surgiam coisas do dia a dia que
253 eventualmente demandavam atenção e que não puderam ser contempladas, pois a
254 realidade era muito mais célere do que qualquer tentativa de se antecipar a ela.
255 Informou que a construção do PAINT era baseada na análise de riscos e que levavam
256 em conta a questão de materialidade que envolvia recursos públicos e de
257 probabilidade de eventuais acontecimentos, riscos. Disse que não necessariamente
258 deveriam olhar a gestão de risco só como algo negativa, pois ela também possibilita
259 verificar oportunidades de crescimento e de aprimoramento dos processos
260 organizacionais. Sedimentou sua percepção nos últimos processos auditados e pediu
261 que se atentassem a qualidade do processo decisório como um todo. Disse que a
262 procedimentalização da atividade administrativa permitia que o processo
263 administrativo fosse campo democrático para que todos os atores institucionais,
264 comunidade acadêmica, população em geral pudessem fazer o controle dos atos que
265 eram gestados dentro da instituição, isso no âmbito do IFTO, da comunidade e da
266 gestão pública como um todo, sequência concatenada de atos que permitia verificar
267 se o gestor agiu de acordo com o que estava posto na lei e se ele agiu corretamente
268 na concessão de um benefício. Ressaltou que se todos os requisitos fossem
269 preenchidos, por exemplo em um processo administrativo disciplinar, teria
270 que verificar se foi respeitado o contraditório e a ampla defesa, se as provas
271 juntadas eram válidas ou não, e a partir daí tentar fomentar com o gestor se foi
272 respeitado o contraditório e a ampla defesa se as provas juntadas eram válidas ou
273 não. Disse que estavam tentando fomentar com os gestores que redefinisse a
274 discricionariedade, e que esta não era uma pedra fundamental, nem um cheque em
275 branco que permitia fazer o que quisesse, como quisesse e quando quisesse, a
276 discricionariedade em regra tinha que ser fundamentada. Explicou que só atos de
277 despacho e expediente eram desprovidos de fundamentação e que a
278 fundamentação não significava ser prolixo toda vez que fosse editar um ato
279 administrativo, mas sim expor a análise dos fatos e as normas que estavam
280 embasando a tomada de decisão, que tirassem do sentido plano subjetivo e
281 externalizassem para os demais para que compreendessem o que estava
282 acontecendo. Disse que dentro de um universo de opções públicas era possível
283 escolher o porquê daquela tomada de decisão, no caso concreto era a melhor para o
284 interesse público. Disse que era preciso parar de aceitar que quem estava à frente
285 da gestão se utilizasse de conceitos jurídicos indeterminados para fazer o que
286 entendia, fazer a vontade pessoal para ser voluntarista, afinal era uma função
287 pública e tinha que prestar contas à comunidade e servir e não se valer do cargo
288 para se proteger ou se autodefender. Disse que ficava muito feliz quando via

289 principalmente os representantes estudantis e egressos com espírito de luta e
290 mudança, que fosse a comunidade acadêmica ou uma comunidade brasileira
291 deveria empoderar-se e fazer valer a democracia participativa e não serem meros
292 representantes, pois eram formuladores de políticas públicas de normas. Disse que
293 apesar de não muito, não significava que a Auditoria não estivesse disponível para
294 conversar. O presidente acrescentou que a auditoria interna somava-se aos eixos no
295 Sistema de Controle institucional, que era extremamente fundamental o trabalho
296 que o Carlos estava conduzindo e que só eleva o grau de qualidade da gestão
297 institucional. Frisou que estava disponível mais um serviço para toda a comunidade,
298 especialmente para o Conselho, que se tivesse interesse em conversar ou entender
299 um pouco mais poderiam procurar a Auditoria. Apesar do plano anual das atividades
300 a serem desenvolvidas pelo setor, havendo algum outro elemento estranho ao longo
301 do processo poderia ser manifestado, o que tornaria prioridade dentro do setor que
302 atuava também do ponto de vista ativo fazendo seu planejamento e buscando
303 averiguar situações em diferentes áreas. Na sequência, procedeu-se a deliberação
304 do ponto quatro, a saber: deliberação acerca do encerramento do curso Técnico em
305 Automação Industrial, subsequente ao ensino médio, do *Campus* Palmas, conforme
306 Processo nº 23236.015844/2019-13. A conselheira Cristiely pediu que o professor
307 Walter, presidente da Comissão, comentasse sobre os pontos que levaram ao
308 pedido de encerramento do curso. O professor Walter Xanthopulo do *Campus*
309 Palmas explicou que tinham um grande problema em extinguir, encerrar curso. Disse
310 que não era o que desejavam, ao contrário, queriam cada vez mais oferecer cursos,
311 no entanto, justificou que os cursos eram datados e recebiam público sob demanda,
312 que chegava até a COIND de várias fontes pedindo um curso de especialização para
313 o segundo grau (quase especialização), pois já tinham o segundo grau, alguns já
314 tinham ido a um curso superior e não encontraram mercado de trabalho. Por isso
315 abriram um curso de 3 semestres pós-médio de modo a rapidamente integrá-los ao
316 mercado de trabalho. Porém, logo que o mercado de trabalho saturava o curso
317 perdia seu efeito e começava um processo de gastos acima da capacidade (do
318 *campus* e da COIND) porque demandava espaço, equipamento e carga horária de
319 professor, ficando inviável em termos de economia. Informou que naquela data
320 tinham cento e setenta e quatro alunos evadidos e apenas oito alunos matriculados
321 no último semestre do curso, tinham três alunos no primeiro módulo, dois alunos no
322 segundo módulo e três alunos no terceiro módulo, esses oito em três módulos
323 diferentes estavam ainda matriculados em outras disciplinas de outros cursos, de
324 modo que no cursos efetivo tinham cinco alunos, e quarenta e seis evaporaram.
325 Disse que era um problema muito grande encerrar um curso, por outro lado tinham
326 um curso de engenharia que estava demandando mais professores pois estavam
327 com uma carga de alunos 40% acima das matrículas das vagas possibilitadas, pois
328 tinham um processo interno que aceitavam todos os alunos que pediam, então
329 tinham vinte vagas das trinta vagas semestrais e de repente apareciam mais
330 quarenta candidatos. Explicou que tentavam adaptá-los nos vários módulos e
331 períodos da engenharia de modo a aceitar todos. Disse que a carga horária de
332 professores da COIND estava acima de vinte alunos 1/20 matriculados. Resumindo,
333 perdiam muito tempo com um professor dando aula para um ou dois alunos.
334 Destacou que era inviável economicamente e profissionalmente porque sabiam que
335 formariam com o mercado de trabalho saturado na profissão. Informou que a COIND
336 tinha seis cursos, que encerravam um e abriam outro, conforme demanda, todos
337 com PPC's e editais de seleção prontos para se necessário entrarem em vigor,
338 oferecendo à comunidade. A conselheira Cristiely perguntou o que aconteceria com

339 os alunos que estavam frequentando o curso no caso de sua extinção. O professor
340 Walter respondeu que eles terminariam normalmente o curso, que com o
341 encerramento apenas não teriam novos ingressantes. O conselheiro Yohann
342 perguntou se alguma pesquisa, levantamento havia sido feita para identificar os
343 motivos da evasão (cento e setenta e quatro alunos), pois em análise realizada por
344 ele identificou que com o retorno presencial após o período remoto devido à
345 pandemia, os alunos estavam com grande dificuldade de adaptação aos horários, e
346 por isso queria saber se o motivo da evasão não era a dificuldade na adaptação da
347 transição, pois também tinham evasão em outros cursos com demanda de
348 mercado. O professor Walter respondeu que não havia levantamento dos motivos
349 da evasão da totalidade dos cento e setenta e quatro alunos. Informou que tinham
350 apenas fragmentos (alunos que retornavam ao curso ou davam retorno)
351 computados em planilha que servia de base para o próximo curso. Informou que os
352 cento e setenta e quatro eram evadidos ao longo do curso (seis anos), e que neste
353 tempo perdiam a totalidade de alunos. Disse que o grande motivo era exatamente a
354 formação, o modelamento do curso que era um ano e meio pós-médio em que o
355 aluno já estaria no mercado de trabalho, ou seja, decidia estudar (mais) quando
356 tinha dificuldade de se posicionar no mercado de trabalho, mas assim que arrumava
357 uma posição no mercado de trabalho, mesmo não sendo da função do estudo, saía
358 do curso. Destacou que essa era a grande sacada, conciliar emprego e estudo. Falou
359 que o número mais preocupante nem era cento e setenta e quatro, mas sim os
360 quarenta e seis alunos que evaporaram, sem dar nenhuma notícia, sem retorno para
361 a matrícula ou trancamento. Insistiu que era um atendimento pontual a uma
362 demanda de mercado de trabalho e assim que o mercado de trabalho saturava os
363 alunos evaporavam, perdiam o interesse no curso. Informou que continuariam
364 oferecendo o ensino profissional, e que tinha outras modalidades como médio
365 atendendo a demanda do mercado de trabalho. O conselheiro Cleber disse que
366 avaliando o processo verificou que a demanda era do final de 2018 para 2019, ou
367 seja, era um processo antigo, e que o número cento e setenta e quatro não
368 necessariamente dizia respeito à pandemia. Informou que no período da pandemia,
369 conforme o diretor de ensino do *Campus* Palmas, tinham muito mais alunos. Frisou
370 que o cenário pandêmico não agravou o cenário do curso técnico subsequente em
371 mecatrônica e permaneceu constante. Disse que a demanda era anterior a isso, que
372 nos estudos os números estavam sendo contados desde 2017 até 2019, quando
373 deram entrada no processo de andamento para fechamento do curso. Disse que em
374 toda área existia uma demanda reprimida (quantidade de atendimento local) e que
375 chegaria um momento que acabaria a oferta, principalmente se tratando do
376 subsequente, pois já tinham o ensino médio, e uma parte resolvia fazer um curso
377 técnico porque não tinha interesse em fazer um curso superior, essa demanda
378 durava um determinado tempo e depois acabava. Explicou que a oferta dos cursos
379 de ensino médio integrado era diferente porque o aluno fazia o curso médio, se
380 formando como técnico no mesmo período do curso médio normal e a partir dali
381 poderia entrar no curso superior tendo uma boa oportunidade de trabalho que
382 poderia ajudá-lo. Disse que o problema era o modelo subsequente do curso técnico
383 em mecatrônica, e destacou que não era só com o técnico em mecatrônica, mas
384 também com outros cursos técnicos subsequentes, inclusive o de Edificações que
385 em todo o curso (3 módulos) tinham cinquenta alunos, oscilando até sessenta,
386 sessenta e dois alunos. O conselheiro Maycon citou que nos autos do processo da
387 suspensão do curso havia um questionamento sobre uma possível reabertura do
388 curso futuramente se tivessem com a documentação em dia. Lembrou que a

389 justificativa para o encerramento era a questão da demanda (que naquela data não
390 tinham) para o município, no entanto, atentou-se para a possibilidade de uma
391 demanda futura, e que neste caso se estivessem com a documentação em dia
392 poderiam reabrir o curso, por isso, questionou se deveriam realmente encerrá-lo. O
393 professor Walter explicou que os cursos na área de tecnologia eram datados, então
394 a cada oportunidade de oferecimento precisariam refazer o PPC, que apesar de
395 terem a documentação guardada não poderiam oferecer o mesmo curso. Justificou
396 que era complicado demais, pois mudava-se a grade, o perfil do egresso e uma série
397 de fatores, o que os impunha começar do zero, revisando a motivação do curso, o
398 mercado atendido, a grade, oferecida, o perfil do egresso que atenderia a demanda
399 de mercado, então a cada quatro anos aproximadamente passariam pelo processo
400 recorrente de revisão de PPC. Explicou se que suspendesse o curso e depois de três
401 anos voltassem a oferecê-lo, ele estaria velho e não atenderia o mercado de
402 trabalho que era o objetivo do curso, desta forma, não tinha sentido guardá-lo. O
403 conselheiro Cleber complementou a explicação do professor Walter dizendo que
404 ainda mais se tratando do curso tecnológico em controle e automação basicamente
405 voltado no eixo de tecnologia de ponta, e que o cenário, se tratando de mecatrônica
406 robótica, era muito dinâmico o que não permitia ter o mesmo projeto pedagógico
407 de curso, tinham que acompanhar a demanda do mercado no momento. Após
408 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
409 unanimidade. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto seis, a
410 saber: deliberação acerca da aprovação das alterações do projeto pedagógico de
411 curso superior bacharelado em Engenharia Agrônômica, modalidade presencial,
412 ofertado pelo *Campus* Avançado Pedro Afonso do Instituto Federal de Educação,
413 Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23235.007547/2021-11. O
414 professor Daniel Marra explicou que estavam no período de cadastramento dos
415 cursos que tiveram início a partir de 2018, que era o caso do curso de Agronomia do
416 *Campus* Avançado Pedro Afonso. Informou que além desse tinham outros quatro
417 cursos no prazo para solicitação de formulário eletrônico no Ministério da Educação
418 - MEC para solicitar sua avaliação. Disse que para o ano de dois mil e vinte e dois
419 estavam alterando todos os cursos de graduação para adequarem à algumas
420 resoluções do Ministério da Educação, e que o curso em pauta estava passando por
421 adequações para atendimento a essas resoluções, pois queriam cadastrá-lo já tendo
422 atendido as resoluções. Explicou que os cursos de Agronomia que iniciaram em 2018
423 estavam todos no prazo (*Campus* Palmas, *Campus* Avançado Pedro Afonso, *Campus*
424 Colinas do Tocantins, *Campus* Avançado Lagoa da Confusão e *Campus* Dianópolis) e
425 que iriam fazer o cadastro dos cursos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
426 Educacionais Anísio Teixeira – Inep, porque ainda não estavam adequados às novas
427 resoluções, no entanto, acharam que se fizessem isso sem alteração teriam que
428 fazer o trabalho. Por isso foi pedido aos cursos, que precisavam ser cadastrados
429 naquele momento, que fizessem as alterações. Para os cursos que não tinham
430 conseguido enviar as alterações a tempo de inserção na pauta, Daniel informou que
431 provavelmente suas alterações seriam aprovadas através de resoluções ad
432 referendum. Quanto à alteração do curso de Economia do *Campus* Avançado Pedro
433 Afonso Daniel informou que se deu na carga horária por causa da inserção da carga
434 horária de extensão (quatrocentos e oitenta horas). Comunicou que a diretora do
435 *campus* havia informado que não conseguiram fazer com que a carga horária de
436 extensão ficasse dentro da carga horária mínima do curso, mas que essencialmente
437 essa era a alteração feita. O conselheiro Elson parabenizou ao professor Daniel pela
438 elaboração da grade do curso, compartilhou que o seu curso no *Campus* Araguatins

439 também estava passando pelo processo de reformulação e que analisando a grade e
440 comparando-a, notou que estava bem elaborada com pré-requisitos muito bem
441 distribuídos. Disse que conversas com pessoas que estavam no mercado de trabalho
442 na área revelavam suas dificuldades, e que havia observado na grade às adequações
443 a essas necessidades da graduação. O presidente estendeu seus cumprimentos a
444 todas as comissões que trabalharam na elaboração dos projetos. A conselheira
445 Cirstielly complementou a fala do colega Elson disse que por ter sido estagiária na
446 coordenação do ensino superior no *Campus*, quando estudante, era muito a par do
447 projeto de curso da Agronomia em especial que era o seu curso. Falou que uma das
448 diferenças de alteração observadas no PPC em discussão era a oferta de quatro
449 disciplinas de extensão rural, sendo que a realidade atual era ter apenas 1 (uma)
450 disciplina (com base no PPC de Araguatins). Contou que havia sido questionada
451 como provou sua experiência na primeira entrevista de trabalho, já que tinha saído
452 de um curso técnico e ingressado de imediato na graduação, e ela respondeu que
453 esta comprovação se deu pela observação do seu currículo que constava sua
454 participação em várias atividades e projetos de extensão. Ressaltou que a extensão
455 era de fundamental importância pois oferecia novas experiências ao aluno além do
456 universo da faculdade, disse que os problemas a serem resolvidos nem sempre
457 estavam na parte interna da instituição, mas sim fora da porteira, fora da instituição.
458 Comentou que as disciplinas de extensão do curso iam de encontro a isso, permitir
459 com que os estudantes tivessem acesso o conhecimento base, mas também a outras
460 experiências que agregariam muito no processo de formação profissional. O
461 presidente lembrou que o processo de curricularização da extensão estava
462 ocorrendo em todos os cursos superiores com um mínimo de carga horária de 10%.
463 O conselheiro Elson informou que visitaram uma propriedade e que foi um caso de
464 sucesso da extensão no município de Araguatins. Disse que viam a extensão com
465 bons olhos e com uma expectativa muito boa. Após apresentação,
466 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
467 sequência, procedeu-se ao ponto cinco, a saber: apresentação e discussão sobre o
468 orçamento institucional. A Pró-reitora de Administração, Juliana Queiroz apresentou
469 o panorama do orçamento 2022 tendo em vista os episódios de bloqueio e
470 contingenciamento sofridos nas últimas semanas e também a metodologia adotada
471 para a composição do orçamento 2023. Informou que apresentação também havia
472 sido feita no dia anterior na reunião do Colégio de Dirigentes e ressaltou a
473 importância dos membros do Consup também estarem a par das informações, afinal
474 eram assuntos que causavam impacto em praticamente todas as ações. Informou
475 que para o orçamento de 2020, no dia vinte e sete de maio veiculou-se a notícia do
476 bloqueio do orçamento das despesas primárias discricionárias e que este bloqueio
477 não foi sofrido apenas pelo Ministério da Educação - MEC, que o montante previsto
478 para bloqueio era de um total de R\$ 3.2 bilhões no orçamento do MEC, e que este
479 bloqueio foi formalizado por meio do Decreto 11.086 de 30 de maio de 2022, que
480 dispunha sobre a programação orçamentária prevista para o exercício 2022. Explicou
481 que o MEC, por sua vez, ao receber o bloqueio no seu orçamento, na pasta do
482 Ministério, fez um repasse linear às entidades vinculadas ao Ministério da Educação
483 (Institutos Federais, Universidades federais). Informou que todas essas instituições
484 sofreram o impacto do bloqueio de 14,5% do orçamento de despesas primárias
485 discricionárias. Quanto ao impacto (na prática) do bloqueio no IFTO em quantitativo
486 de orçamento, Juliana informou que o valor total bloqueado foi de R\$ 6.289.694,00
487 e que este montante dizia respeito as despesas discricionárias, ações previstas na lei
488 orçamentária anual. Disse que caracterizavam com esse caráter discricionário: ação

489 00PW – Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de
490 Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF (R\$ 45.156,00), obrigatória, a
491 todas as entidades que compõem a rede, e que deveriam fazer o repasse anual para
492 manutenção das atividades do Conselho; a ação 20RG – Investimento (R\$
493 3.537.512,00) chamada no orçamento de capital; ação 20RL – Funcionamento
494 (parcela mais significativa do orçamento), mais de 30 milhões (R\$ 3.706.455,00)
495 estava locado nessa ação de funcionamento, chamada de orçamento de custeio.
496 Juliana explicou que era por meio desta ação que a instituição promovia o
497 pagamento do corpo de servidores, terceirizados, diárias, água, luz, telefone
498 internet, era de onde sai a fatia mais significativa do orçamento que era para
499 manutenção (funcionamento) das unidades; ação 216H – Ajuda de Custo (R\$
500 108.000,00) dizia respeito ao deslocamento dos agentes públicos no interesse da
501 administração, os agentes faziam jus ao recebimento de ajuda de custo; ação
502 2994 – Assistência Estudantil (R\$ 8.459.870,00). Juliana explicou que nesse
503 montante constava a parcela referente ao Programa Nacional de Assistência
504 Estudantil e a parcela referente a uma ação específica que estava promovendo a
505 contratação, informou que por meio desta ação estavam conseguindo contratar
506 tradutores e intérpretes de libras e outros profissionais especializados no
507 atendimento ao estudante com deficiência; e a última ação que também se
508 caracterizava como despesa discricionária era a ação 4572 capacitação, que para o
509 ano de 2022 estava previsto um montante de R\$ 400.000,00 (cursos de curta
510 duração, o programa Pró-qualificar que custeado com recursos dessa ação).
511 Informou que os valores informados foram apresentados e discutidos no Colégio de
512 Dirigente em reunião extraordinária realizada na mesma semana, 1 ou 2 dias depois
513 da notícia do bloqueio. Disse que no âmbito do Colégio de Dirigentes e com vistas à
514 manutenção das ações de assistência estudantil, das ações de capacitação, da
515 manutenção de ações institucionais voltadas para ensino-pesquisa-extensão, porque
516 para explicar dentro da ação de funcionamento as parte da distribuição da Matriz
517 orçamentária para 2022 do IFTO parte desse recurso ficava à disposição de cada
518 unidade, cada *campus* e Reitoria, mas parte desse recurso havia sido reservado para
519 ações específicas (ensino, pesquisa extensão, editais, programa qualidade de vida,
520 alguns processos licitatórios que eram comuns como licenças, Biblioteca Virtual),
521 então o CODIR naquela ocasião deliberou por preservar o orçamento que havia sido
522 direcionado para essas ações até porque os editais já estavam circulando, Pró-
523 qualificar também já havia sido concluída a seleção assim como a assistência
524 estudantil. Destacou que o objetivo foi preservar naquele momento, por isso,
525 tiveram que fazer o repasse do total dos R\$ 6.289.694,00 no orçamento de custeio
526 dos *campi* e da Reitoria. Disse que quando repassado às unidades o bloqueio
527 representou cerca de 24% do orçamento de custeio, e que em 30 de maio
528 comunicaram as unidades qual era o volume de crédito disponível e qual era o
529 volume de crédito bloqueado naquele momento. Disse que este cenário durou
530 pouco tempo porque já no dia 8 de junho, cerca de uma semana depois, o
531 Ministério da Economia por meio da subsecretaria de planejamento e orçamento
532 encaminhou o Ofício Circular nº 41 de 2022, em que informava sobre a redução do
533 bloqueio de dotações das despesas primárias discricionárias do Ministério da
534 Educação, houve a diminuição do bloqueio do MEC que também promoveu a
535 redução do bloqueio das entidades vinculadas inclusive do IFTO. O montante
536 bloqueado passou de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 1,6 bilhão, o que corresponde a 7,2%
537 do total dessas despesas no órgão. Total bloqueado no IFTO: R\$ 3.111.518,00.
538 Juliana disse que o IFTO tinha aprovado na LOA - Lei Orçamentária Anual, o total de

539 R\$ 43.255.993,00 e que o MEC aplicou 14,5 em cima desses R\$
540 43.255.993,00. Seguindo a deliberação adotada no CODIR na semana anterior,
541 Juliana informou que o IFTO manteve o bloqueio da ação de funcionamento, mas
542 também diminuiu o percentual bloqueado (campi e Reitoria) de 24% para 12% do
543 orçamento do custeio (percentual que estava bloqueado naquela data, 15 de junho
544 de 2022). Juliana informou que no dia nove de junho foram surpreendidos pela
545 Portaria ME 5.327 de 09 de junho de 2022, que já não falava mais de bloqueio, mas
546 sim de contingenciamento (corte) de 3,6% das despesas primárias discricionárias do
547 Ministério da Educação – MEC, representando 50% dos valores bloqueados. Total
548 contingenciado (cortado do orçamento) no IFTO: R\$ 1.547.490,00, total bloqueado
549 no IFTO: R\$ 1.547.490,00. Desta forma, na época o IFTO tinha duas situações:
550 bloqueio e corte. Quanto à situação atual do IFTO, Juliana disse que foi adotada a
551 aplicação do bloqueio em cima da Ação 20RL – Funcionamento, inicialmente na LOA
552 2022 tinha-se R\$ 30.705.455,00 previstos para esta ação, no entanto naquela data
553 de crédito orçamentário disponível, distribuído entre os campi, Reitoria e ações
554 anteriormente mencionadas tinha-se R\$ 27.610.475,00, mantendo as duas parcelas.
555 Disse que o valor bloqueado era uma crédito que poderia vir a ser disponibilizado
556 para a Instituição em algum momento da execução da LOA 2022, com prazo do
557 exercício financeiro até 09 de dezembro de 2022. Lembrou que R\$ 1.547.490,00
558 tinha de fato sido contingenciado no orçamento. O presidente como referência do
559 que o contingenciamento representava, informou que um milhão e meio era mais
560 do que o orçamento de dois campi avançados. Apesar da redução de seis milhões
561 para um e meio o valor suprimido do orçamento ainda era alto. Informou que
562 estavam tentando suprimir de orçamento de funcionamento, que eram as despesas
563 de custeio funcional para que não afetasse as despesas de pesquisa, os
564 investimentos institucionais previstos e várias outras questões. Informou que tinham
565 dificuldade em ter um valor exato do volume de despesa de custeio do IFTO, com os
566 dois anos de pandemia, pois a referência de instituição funcionando a pleno vapor
567 foi perdida com o período de pandemia, além do aumento muito grande da inflação,
568 o que dificultava traçar um paralelo do custo atual com o custo 2019, mas a título de
569 comparação disse que em 2019 fechou-se o ano com a despesa institucional na faixa
570 de R\$ 29.000.000,00 só para manter todos os campi os funcionando. Lembrou que
571 no final de 2019 houve um contingenciamento também e que no IFTO foi adotada a
572 medida de reorganização de vários serviços (suspensão e supressão de alguns postos
573 de trabalho), este movimento de reorganização institucional provocou a redução do
574 custo de funcionamento institucional de 29 para faixa dos 19 milhões (valores de
575 2019). Disse que só teriam condição de saber qual era o custo real ao final de 2022,
576 por que teriam o ano de funcionamento, apesar de não ser um funcionamento na
577 sua plenitude, já que alguns *campi* tinham voltado parcialmente, e que a clareza do
578 custo de manutenção do funcionamento só em 2023, depois de um ano 100%
579 funcionando no presencial. Falou que os R\$ 27.6 milhões disponíveis para
580 funcionamento tendo como referência os 19 milhões seriam suficientes, mas se
581 considerassem as alterações de valores e inflação, seria arriscado. Destacou que era
582 importante compreender este cenário porque ele estaria associado dali em diante
583 no dia a dia dos *campi* (inviabilidade de uma visita técnica, ações diferenciadas entre
584 outras) que deveriam priorizar o funcionamento básico para pelo menos manter os
585 serviços ativos, a prioridade no momento. Frisou que tinham a dificuldade de fazer
586 uma projeção mais alongada em virtude de tudo que havia dito, mas que ao mesmo
587 tempo tinham serviços investidos ao longo da pandemia que estavam começando a
588 dar retorno, como as usinas fotovoltaicas. A economia gerada por essas usinas só

589 saberiam quando estivessem em funcionamento, tinha-se uma projeção, mas o real
590 era só no funcionamento. Justificou a escolha pela ação de funcionamento: não
591 atingir nenhuma outra área, ressaltou que não se falava em suspensão de
592 assistência estudantil, nada desse tipo porque acreditavam que seria possível se
593 houvesse esforço. Frisou que isso não deveria diminuir a luta pela recomposição
594 orçamentária, pois não poderiam só esforçarem apenas para sobreviver. Lembrou
595 que o orçamento institucional era de mais de 60 milhões em 2015 e 27 milhões em
596 2022, ou seja uma passagem muito grande orçamentária. A conselheira Mayana
597 perguntou a Juliana se o valor de 27 milhões no quadro apresentado se referia
598 especificamente a ação de funcionamento ou se estava dentro dos 43 milhões das
599 ações discricionárias. Juliana respondeu que referia apenas a ação de
600 funcionamento. Lembrou dos dois anos de pandemia e frisou que precisavam
601 também ter em mente que o IFTO também estava sofrendo com os impactos desse
602 período inflacionário. Reforçou que contratos com abastecimento de veículo oficial
603 tiveram aumento significativo, os contratos de locação de mão de obra que eram
604 pagos dentro dessa ação também sofreram o impacto da inflação. Disse que no
605 cenário dos dois últimos anos tiveram a redução de algumas despesas em virtude da
606 ausência de atendimento presencial, mas que essas despesas retornaram no
607 exercício de 2022. Falou que as outras ações apresentadas se mantiveram no
608 orçamento previsto na LOA, que não houve alteração nas ações de investimento,
609 nem de assistência estudantil e nem de capacitação, mas sim apenas dentro da
610 20RL. O conselheiro Yohann perguntou qual era o custo do IFTO, Juliana respondeu
611 que era de R\$ 29.000.000,00. Yohann consultou o site do IBGE e informou que o
612 índice da inflação no período, 16,54%, de acordo com ele já tinham um déficit
613 orçamentário bem grande para poder suprir, teriam que cortar muita coisa já em
614 2022. O presidente destacou a importância de toda a comunidade compreender a
615 dificuldade e se conscientizar da importância das lutas, e a compreensão de que
616 cada um entendia as suas lutas na sua esfera de atuação, assim como enquanto
617 gestores estavam buscando fazer através do CONIF, do relacionamento parlamentar,
618 buscado mais parceiro e captação de recursos extraorçamentários para suprir as
619 lacunas com o derretimento do orçamento anual. Disse que também era importante
620 tranquilizar a comunidade, evitando o desespero, pois isso impactaria na procura de
621 estudantes pela Instituição, era importante esclarecer que serviços de ensino,
622 pesquisa e extensão e assistência estudantil não seriam operados. Destacou que o
623 desafio era grande, mas que buscariam contornar, apesar de não haver fórmula
624 mágica. Disse que não tinham expectativa de faltar orçamento no IFTO em
625 2022. Ressaltou que não estava desmobilizando os movimentos, pelo contrário,
626 reiterou a importância dos mesmos e da mobilização de toda a comunidade. O
627 presidente confessou que se sentiu bastante desconfortável na semana anterior, por
628 que no dia 8 quando foi publicado o documento informando a redução do bloqueio
629 em 50%, a TV entrou em contato querendo gravar entrevista, mas ele estava em
630 Brasília, então foi feita uma nota dizendo que a redução era daquele dia, mas que o
631 ministro disse que aumentaria o orçamento até o final do ano, no entanto, no outro
632 houve mais redução, inclusive contingenciamento (corte). Explicou que às vezes
633 evitava falar porque o cenário de instabilidade era muito grande, e que estavam
634 buscando se preservar também nesse sentido. Yohann disse que somente o
635 movimento não bastava para correr atrás do orçamento, que o IFTO como instituição
636 precisava começar a acolher e a passar as informações mais claramente, mostrando
637 mais sensibilidade, não deixando apenas para a mídia que queria sempre se
638 promover, ou seja, não era um trabalho de alguns, mas da instituição como um todo.

639 A conselheira Andréia parabenizou a fala do professor Antonio de que era necessário
640 que estivessem atentos, cada um dos segmentos deveriam se empenhar e mostrar
641 para o governo que não estavam satisfeitos com o que estava acontecendo. Disse
642 que essa tinha sido inclusive uma das pautas levadas pelos dirigentes do Sindicato
643 nas últimas visitas aos *campi* em que chamaram a atenção dos colegas para os
644 cortes e bloqueios que o governo estava fazendo. Disse que parecia brincadeira o
645 que o governo estava fazendo (bloqueio, desbloqueio), e que a mídia noticiava
646 confundindo as pessoas, inclusive colegas do próprio IFTO estavam muito aquém da
647 situação, por isso precisavam estar atentos e engajar em relação a postura do
648 governo (brincadeira). Disse que se não estivessem fazendo adequações já estariam
649 quase que impossibilitados de funcionar, pediu o apoio dos colegas, pois o ensino
650 que era a atividade fim da Instituição já estava sendo afetada. O Conselheiro Flávio
651 Eliziário destacou que era importante a comunidade compreender também que
652 quando se estava na gestão a frente do *campus* estavam lidando diretamente com
653 as demandas do dia a dia (visitas técnicas, cursos, projetos de extensão, projetos de
654 pesquisa) e que o decréscimo do orçamento era um desafio muito grande, sendo o
655 pior a instabilidade do ponto de vista macroeconômico da inflação que impacta de
656 forma direta os gestores, disse que era muito bom que a comunidade estivesse
657 acompanhando e compreendessem dos desafios que era a gestão no seu dia a dia,
658 com o acesso às informações compreenderiam as tomadas de decisões que
659 acabavam ocorrendo. Destacou que não era de maneira nenhuma objetivo de
660 nenhum gestor diminuir a visita técnica, nada nesse sentido, pelo contrário queriam
661 manter, mas dado todo o cenário de dificuldades que enfrentavam era importante
662 que todos tivessem empatia dentro da instituição. A pró-reitora de Administração,
663 Juliana Queiroz, explicou a metodologia da composição orçamentária 2023.
664 Informou que para a composição da Matriz Orçamentária 2023 foi instituída no
665 âmbito da SETEC no CONIF uma comissão paritária com objetivo de discutir,
666 promover e apresentar uma proposta para uma nova divisão de orçamento. Juliana
667 esclareceu que o orçamento disponível pela SETEC passava pelo rateio entre todos
668 os institutos federais, CEFET e Colégio Pedro 2º, a discussão era no sentido de quais
669 critérios seriam utilizados na divisão do orçamento disponível para SETEC. Informou
670 (com base no orçamento de 2022) que o critério adotado eram matrículas totais
671 (total de estudantes com seus devidos pesos de curso e carga horária) que seriam
672 responsáveis por definir qual seria o orçamento de cada instituição. Por meio dessa
673 comissão passou-se a discutir critérios qualitativos, para que a divisão do orçamento
674 não permeasse apenas em cima do número de matrículas totais. Informou que a
675 comissão apresentou uma proposta que foi amplamente discutida pela SETEC e
676 CONIF e que no momento estava sendo elaborada, estavam finalizando as últimas
677 etapas de conferência da Matriz, mas basicamente ela seria composta por quatro
678 elementos: 1º - Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAE; 2º - de
679 funcionamento dos *campi* (relacionado com as matrículas de cada *campus*); 3º - de
680 funcionamento da Reitoria (adotado o critério de matrículas da instituição - soma de
681 todos os *campi*); e o 4º critério (primeiro ano que esse critério seria utilizado) eixo
682 de qualidade e eficiência institucional e para o seu primeiro ano seriam adotados
683 alguns critérios vinculados à atividades de ensino. Quanto à assistência estudantil,
684 destacou que era importante mencionar que o programa era o start da divisão de
685 orçamento no âmbito da SETEC, e que historicamente estavam saindo de um quadro
686 em que era utilizado o índice de desenvolvimento humano do município. Informou
687 que há uns três, quatro anos atrás o único critério adotado era o IDH, com base nele
688 era efetuado a divisão de orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil

689 para os campi, mas que nos últimos anos passaram por uma mudança em que a
690 renda per capita passou a ter um peso maior, e para o ano de 2023 75% do
691 orçamento do PNAES seria definido com base na renda per capita declarada pelos
692 estudantes e apenas 25% desse peso seria definido pelo IDH. Para 2024, Juliana
693 informou que o IDH saía da conta e o único critério passaria a ser renda per capita.
694 Reforçou a importância dos estudantes declararem a renda, porque existiam faixas
695 de renda começando com R\$ 0,00 a meio salário mínimo, até a faixa mais alta que
696 seriam mais de 3.5 salários mínimos per capita e a última faixa que era o aluno não
697 declarado. Explicou que o aluno não declarado só comporia o total de matrículas (o
698 total de estudantes que precisava ser assistido pela política), mas não a comporia o
699 cálculo de renda per capita, e se porventura esses estudantes originalmente
700 fizessem parte de uma renda que fosse inferior às primeiras faixas ele estaria
701 deixando de ser assistido, a instituição perderia o peso da contagem da participação
702 desse estudante. Comunicou que mais de 700 estudantes não tinham declarado
703 renda, e que os diretores cientes da situação tentariam sanar essa falta de
704 informação para que todos os estudantes de fato tivessem a renda declarada no
705 SISTEC de forma correta. Definido o recurso de assistência estudantil (o montante
706 que cada *campus* receberia do Programa Nacional de Assistência Estudantil), Juliana
707 informou que passava-se para a segunda etapa de divisão do orçamento que levava
708 em conta três eixos (funcionamento *Campi*, funcionamento Reitoria e qualidade e
709 eficiência) sendo o percentual de participação de cada eixo: 80% para o
710 funcionamento dos *campi*, ou seja, com base nas matrículas totais daquele *campus*
711 seria definido o orçamento de participação; do orçamento para o funcionamento da
712 Reitoria seria reservada uma parcela de 10% do orçamento total da SETEC, com base
713 nas matrículas da instituição; e o eixo qualidade e eficiência comportaria 10% do
714 orçamento. Para o funcionamento, Juliana disse que as matrículas totais de acordo
715 com a matrícula do CONIF era adotado o cálculo que levava em conta a média dos
716 alunos, peso dos cursos, bônus curso agrícola, carga horária, duração do ciclo, se
717 aluno está no ciclo, dias ativos no ciclo, equalização de carga horária e dias ativos.
718 Informou que se essas vagas fossem à distância, EAD Institucional valeria 0,8 (1
719 estudante presencial) e se o EAD tivesse fomento externo ele valeria 0,25, enfim,
720 destacou que esses eram os critérios utilizados para definir a quantidade de
721 matrículas equivalente de cada *campus* e definir o orçamento de funcionamento de
722 cada um. Lembrou que alguns *campi* possuíam a tipologia agrícola (os *campi* de
723 Paraíso, Dianópolis, Araguatins, e Colinas), e que a tipologia do *campus* não era um
724 critério para definição de orçamento, no entanto, o tipo de curso sim. Para o eixo
725 Qualidade e Eficiência (novidade para o novo orçamento), Juliana informou que ele
726 contaria apenas com a faixa de 10%, esclareceu que esta era uma demanda dos
727 órgãos de controle (discussão bastante longa, iniciada há uns 5, 7 anos), a adoção
728 de critérios qualitativos que gerassem receita, orçamento para as
729 instituições. Informou os três critérios para 2023 dentro do eixo de Qualidade e
730 Eficiência (10%): IEA - Índice de Eficiência Acadêmica: 2,5%; RAP Presencial - Relação
731 Aluno Professor (para cursos presenciais): 2,5%; IAPL - Índice de Atendimento aos
732 Percentuais Legais (de oferta de vaga a cada modalidade): 5,0%. Para o Índice de
733 Eficiência Acadêmica - IEA, Juliana informou que foram adotadas as seguintes faixas:
734 usou-se como referência a média da rede e para esse índice excepcionalmente
735 iniciava com 0%, o que significava que todas as instituições conseguiriam pontuar de
736 alguma forma dentro desse eixo porque a primeira faixa ia de 0 a 42,36%, o peso
737 para quem estivesse nessa faixa era 0,5% e esse peso diz respeito ao cálculo do valor
738 que cada instituição tinha direito, que passava pelo indicador ponderado e

739 equalizado. Disse que o equalizado mensurava do total de recurso disponível para o
740 eixo Eficiência Acadêmica quantos por cento o Instituto Federal do Tocantins
741 participaria, a definição dessa participação era calculada com base nesses pesos.
742 Quanto à segunda faixa de 42,36% a 47,71%, peso 1,0 ponto, informou que ela era
743 progressiva, ou seja, quanto maior a eficiência da instituição maior o peso e
744 consequentemente maior a fatia de orçamento que instituição receberia em virtude
745 da sua eficiência. Quanto ao segundo indicador, o RAP (relação aluno-professor),
746 Juliana informou que iniciava com o limite inferior de 0 a 18,00 (limite superior)
747 destacou que o peso era zero e a referência para a rede era 20, ou seja, as
748 instituições que tivessem RAP inferior a 18 não participariam, não receberiam o
749 orçamento referente À relação aluno-professor. Quem estivesse com RAP entre 18 e
750 20 receberia o peso 1 e quem estivesse com RAP 20 a 22 receberia peso 2 e um RAP
751 acima de 22 receberia peso 3. Quanto ao último critério dentro do eixo de
752 Qualidade e Eficiência (atendimento aos percentuais legais), explicou que
753 trabalhariam por modalidade (Técnico, Formação de Professores e PROEJA), e que
754 cada uma dessas possuiria três faixas: Técnico Faixa 01 peso 0,00%, Faixa 02 entre
755 50% e 60% peso 1, ou seja, quem tivesse menos de 50% de oferta de vagas em curso
756 técnico ficaria na Faixa 01 e também não pontuaria, não receberia o orçamento
757 referente à oferta de cursos técnicos e quem ofertasse mais de 60% das vagas para
758 curso técnico ficaria na Faixa 03 com peso 2. Para formação de professores
759 (licenciaturas e algumas especializações pautadas realmente para a formação
760 docente) Faixa 01 iniciava com 10%, quem ficasse com menos de 10% de oferta de
761 licenciatura também não receberia o orçamento nesse critério; Faixa 02 15% de
762 licenciatura com peso 2 e Faixa 03 20% de ofertas de vagas na licenciatura peso
763 3. Para proeja, Faixa 01 iniciava com 2,5% das vagas ofertadas, peso 1; Faixa 02
764 oferta de 5%, peso 2; e Faixa 3 oferta de 10% previstos, peso 3. Juliana mencionou
765 que esse era um indicador que a ampla maioria (eufemismo), pois praticamente a
766 totalidade das instituições estavam penando na oferta de vagas PROEJA, com
767 número reduzido, apenas 2 instituições estavam acima de 10%. Quanto à validação
768 desses dados, Juliana informou que o ponto de partida era a Plataforma Nilo
769 Peçanha - PNP, de onde todos os indicadores eram importados. Fases: 1ª Fase -
770 Importação PNP, 2ª Fase - Conferência extração PNP, 3ª Fase - Parametrização por
771 *Campus*, 4ª Fase - Checagem das matrículas totais, 5ª Fase - Geração da Matriz.
772 Relatou que a etapa de conferência (todos os *campi* estavam na planilha, a tipologia
773 dos cursos, se o curso era agrícola ou não e a carga horária) iniciou-se em maio e
774 que estavam finalizando naquela data (quinze de junho de dois mil e vinte e dois) a
775 quarta fase e a checagem das matrículas totais para conferência do cadastrado do
776 número de estudantes no IFTO e a última fase que era a geração da Matriz
777 propriamente dita estava prevista para ocorrer entre os dias vinte e vinte e quatro
778 do mês de junho de dois mil e vinte e dois (próxima semana). Informou que depois
779 que a Matriz fosse gerada era que a Instituição teria conhecimento de qual foi o real
780 impacto de cada um dos indicadores do orçamento para o próximo ano e que
781 estavam aguardando essa informação para repassar aos diretores iniciarem a etapa
782 de planejamento do orçamento para o próximo ano. O presidente lembrou que
783 estavam discutindo metodologia de distribuição e que não se sabia ainda qual era o
784 montante que teriam para ser distribuído e que essa metodologia passaria a valer
785 para o orçamento 2023, diferente do que era feito até então passando a levar em
786 consideração esses fatores da qualidade que até então não eram considerados para
787 efeitos de orçamento. Disse que esta abordagem teria um período de transição até
788 2024, ou seja, impactaria o orçamento de 2025 aumentando o percentual das

789 informações dos Indicadores de Eficiência Acadêmica na composição orçamentária
790 (para o próximo ano 10%, para o ano seguinte deveria Subir pelo menos para 20%,
791 com expectativa de que para o orçamento de 2025 ficasse 50% para qualidade e
792 50% para matrículas). Destacou a importância da observação desses indicadores e
793 como o IFTO se posicionaria para traçarem ações de imediato para melhorarem nos
794 eixos que eventualmente não estivessem bem posicionados. Destacou que o quanto
795 antes iniciassem as ações porque menor seria o impacto do ponto de vista
796 orçamentário e que se não as fizessem o orçamento seria reduzido drasticamente,
797 pois a medida que algumas instituições comessem a fazer seriam mais instituições
798 ponderando nas faixas mais elevadas e quem ficasse para trás ficaria cada vez com
799 menos recursos para ter acesso. Reforçou que era bastante importante que
800 compreendessem alguns movimentos institucionais que estavam sendo feitos
801 especialmente na oferta de EJA em que tinham uma parceria com a Secretaria de
802 Educação do Estado e que começariam a ofertar no segundo semestre uma turma
803 em cada um dos *campi* do IFTO na perspectiva de ampliar a participação da
804 instituição, assim como também na formação de professores em que estavam
805 fechando algumas parcerias. Mas destacou que especialmente para o orçamento
806 2024 seriam outros indicadores além dos três, especialmente indicadores da área de
807 pesquisa e extensão, informou que no dia anterior haviam montado um grupo de
808 trabalho (Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão, Pró-reitoria de Administração e
809 representante de três *campi* - 3 diretores) para desenhar um conjunto de estratégias
810 que seriam implementadas ainda em 2022 para gerar impacto no orçamento de
811 2024. Reforçou que essas ações imediatas eram para diminuir o impacto em 2024
812 quando sentiriam falta desse orçamento, por isso, a necessidade de se organizarem
813 o quanto antes. Explicou que essas ações não tinham sido feitas anteriormente,
814 porque não sabiam quais eram os indicadores, que estavam fazendo ações de
815 fomento à pesquisa e extensão de modo geral, mas que a partir do momento que
816 souberam que tinham elementos com peso maior do que outros, precisavam
817 estimulá-los para não ficar para trás do ponto de vista orçamentário e que era nesse
818 sentido que a Instituição estava se movimentando. A conselheira Isabela fez uma
819 intervenção lembrando que o que estava acontecendo era um projeto de um
820 governo que desde o seu primeiro dia, 1º de Janeiro de 2019, não descansou
821 nenhum dia e que desde o início trabalhou para sucatear e para desmontar a
822 educação. Disse que a previsão para os próximos anos se caso continuasse o mesmo
823 governo com o mesmo projeto visto com a PEC 206 de 2019 que com muita luta do
824 movimento estudantil saiu de pauta de votação, mas se continuasse a previsão era
825 que as universidades e institutos federais fechassem pois orçamentos já estavam
826 sendo cortados e que se continuasse assim o projeto ia continuar os estudantes
827 ficariam fora das universidades, os servidores não teriam onde trabalhar porque
828 suas universidades e institutos fechariam. Destacou que era um projeto de
829 desmonte e de sucateamento da educação. A conselheira Andreia contextualizou
830 novamente o ocorrido que levou ao pedido da emissão da nota de repúdio. Reforçou
831 que o Sindicato buscava recomposição salarial em virtude das perdas salariais dos
832 últimos três anos do atual governo, articulando em Assembleia a atenção dos
833 Servidores do IFTO para esta luta, mobilizando sua base para que estivesse atenta
834 aos acontecimentos. Disse que no cenário atual não tinham condições de fazer
835 greve, ainda mais em um momento de retorno às atividades pós pandemia, por isso,
836 foi decidido as visitas aos *campi* para conversar com servidores pessoalmente e
837 articular com a base uma possível greve posteriormente. Informou que foram
838 colocadas faixas nas unidades visitadas que tratavam da corrosão salarial e não de

839 política partidária e que a do *Campus* Lagoa da Confusão tinha sido furtada.
840 Destacou que por se tratar de uma instituição de ensino precisavam prezar pela
841 liberdade de expressão e pelas lutas coletivas e válidas, além disso considerou o
842 furto uma afronta ao movimento. O conselheiro Cleber concordou que o furto não
843 deveria ter ocorrido, porém, disse que não competia ao Conselho Superior.
844 Perguntou se tinha algum processo administrativo, se houve notificação, se tinham
845 documentação para que o Conselho pudesse analisar o ocorrido e se manifestar, do
846 contrário ficaria meio arbitrário. Disse que achava pesado o Consup na sua função e
847 competências ponderar a situação sem ter avaliado os fatos com uma propriedade
848 maior. Frisou que tinham que tomar muito cuidado para não desviarem às
849 atribuições do Consup. O conselheiro Yohann disse que viu a faixa e que apoiava a
850 causa do Sindicato, no entanto, tinha alguns questionamentos como quem foi a
851 pessoa que furtou. Disse que poderia ser uma manifestação de algum aluno que não
852 compreendia que o ato era crime por lei (lei 2.848, artigo 163). Por isso, destacou
853 que precisavam ponderar e averiguar os fatos (quem, porque). Disse que após a
854 averiguação não necessariamente o Consup deveria se manifestar, mas que talvez a
855 instituição devesse instruir. Disse que deveriam ter um pouco mais de cautela ao
856 julgar o pedido da emissão da nota de repúdio, que ao Conselho em si não cabia a
857 emissão, mas talvez a instituição como educadora deveria ensinar a como se
858 manifestar de forma correta caso o furto fosse ato dos alunos, e ou servidores. O
859 conselheiro Elson disse que também não estava deslegitimando a luta (causa) do
860 Sindicato, mas achava que não competia a eles enquanto Conselho Superior a
861 emissão da nota. Questionou qual o impacto a emissão da nota traria. Disse que se o
862 SINASEFE ainda se sentia lesado mesmo após a emissão de uma nota, existia outros
863 meios legais para se manifestarem. Disse que não competia ao Conselho emitir a
864 nota. O conselheiro Saldanha disse que se sensibilizava com a causa. Informou que
865 receberam os companheiros Klaus, River e Stânio quando da manifestação no
866 *campus* Paraíso, oportunidade em que conversaram bastante. Destacou que era da
867 causa, que inclusive já havia liderado greve no *Campus* Paraíso, mas naquele
868 momento de posse do regulamento do Consup uma dúvida havia sido gerada, para
869 ele iriam arbitrar. Disse que existia outros meios como o conselheiro Elson falou, que
870 o SINASEFE já tinha soltado uma nota de repúdio e que por outros meios poderiam
871 dar mais alcance a nota, enfim, pensava que iriam arbitrar. A conselheira Cristielli
872 pediu que se tivesse algum representante do *Campus* Lagoa da Confusão na reunião
873 que se manifestasse. Disse que independente da decisão dos membros
874 representantes do Consup, assim como o conselheiro Saldanha se solidarizava com o
875 o SINASEFE. Com relação ao ato disse que era importante ser levado em
876 consideração a união da comunidade em prol da luta pelos direitos, que a partir do
877 momento que um grupo que representava toda uma comunidade lutava pelo direito
878 dessa comunidade algo estava errado e deveria ser melhorado. Disse que pela
879 mensagem que a faixa transmitia deveria ser respeitada. Falou que deveria sim além
880 da emissão da nota emitida pelo SINASEFE que alguém responsável pelo *campus*
881 também mencionasse algo, porque uma coisa era um grupo de pessoas que não
882 estava acompanhando o que estava acontecendo se manifestar outra coisa era o
883 que as pessoas que estavam no ambiente e presenciaram falar sobre o assunto.
884 Disse que discordava totalmente do ato ocorrido, pois todos tinham o direito de
885 lutar pelos seus direitos, mas também que deveriam respeitar o espaço do
886 outro, não era brigando e partindo para o embate que conseguiriam, mas
887 respeitando e entendendo, disse que se estavam lutando pelos seus direitos cabia
888 respeitá-los, e cabia aos conselheiros continuarem lutando pois só haveria vitória se

889 houvesse luta. O conselheiro Manoel Delintro explicou que o motivo por ele ter
890 votado contra a inclusão do ponto de pauta era justamente porque não sabia o que
891 tinha acontecido, não esteve com a comunidade. Lembrou que era diretor de
892 *Campus Avançado* e toda vez que o Sindicato ia até o *campus* conversava com ele,
893 depois com os servidores e após isso faziam o que tinham interesse, contudo na
894 ultima ocasião os representantes do Sindicato (de acordo com Andreia) colocaram
895 faixa e depois foram conversar, o que não era motivo para arrancar, mas disse que o
896 certo era terem tido pouco de respeito com o gestor local e exporem a ele primeiro
897 o motivo da manifestação e após isso a exposição da faixa. Destacou que nenhum
898 diretor era contra as manifestações do Sindicato, no entanto, ficavam lesados
899 quando chegavam, não comunicava nada e fazia o ato. Disse que se sentia mal com
900 essa situação e que já havia deixado claro para o sindicato, e que isso nunca tinha
901 acontecido no *campus*, pois tinha uma boa relação com os representantes do
902 Sindicato (Klaus e Stânio). Novamente disse que deveriam ter conversado primeiro
903 com o gestor expondo o que aconteceria porque nenhum gestor era contra esse tipo
904 de manifestação. Disse que precisavam saber o que que tinha acontecido pela
905 comunidade também. Disse que era necessário ter respeito com quem estivesse no
906 *campus*. Frisou que não estava falando que Jardel (diretor do *Campus Lagoa da*
907 *Confusão*) tinha arrancado a faixa, só estava sugerindo que conversassem sempre
908 com o gestor primeiro, que tivessem um pouco de respeito com o gestor
909 local. Andréia disse que em nenhum dos *campus* tinha sido feito de forma arbitrária,
910 pois era um direito se manifestarem. Esclareceu que o sindicato não era contra o
911 servidor. Disse que estava pedindo que o Consup repudiasse o ato do que aconteceu
912 e não que dissesse que A ou B furtou a faixa ou se posicionasse com relação a
913 isso. Andréia fez a leitura da nota de repúdio elaborada pelo SINASEFE: O Conselho
914 Superior do IFTO repudia o furto da faixa colocada no *Campus Lagoa da Confusão*
915 para chamar a atenção para a necessidade do reajuste salarial dos servidores da
916 instituição, visto que apesar dos salários estarem corroídos pela inflação, estão sem
917 qualquer reajuste a mais de cinco anos. A colocação das faixas nas Unidades do IFTO
918 foi aprovada em assembleia geral do SINASEFE - Seção Sindical IFTO, e os
919 representantes do Sindicato colocaram a faixa no *Campus Lagoa da Confusão* no dia
920 13 de junho de 2022, às 14h15, sendo que a mesma foi retirada e furtada logo na
921 sequência. Além de ser um ato criminoso, o furto dessa faixa representa um ataque
922 à liberdade de expressão e ao direito constitucional dos servidores do IFTO lutarem
923 pelos seus direitos, de modo que este Conselho Superior considera que este ato
924 deve ser repudiado. Andreia questionou se para repudiar um ato criminoso preciso
925 escutar quem cometeu o crime porque ele poderia ter razão para ter cometido.
926 Disse que quem investigaria seria a polícia, informou que já haviam (Sindicato) feito
927 o boletim de ocorrência. O presidente disse que não podiam acusar que o ato havia
928 sido praticado por alguém da comunidade de Lagoa da Confusão, disse que era
929 preciso bastante cautela, pois a faixa havia desaparecido e ponto não se sabia quem
930 foi e se tivesse um viés de que tinha sido alguém da comunidade de Lagoa da
931 Confusão o crime talvez estaria sendo cometido por quem estava acusando sem ter
932 provas e era por isso que reiterava avaliarem se era competência do Conselho
933 Superior arbitrar a situação de algo envolvendo o Sindicato que era uma instituição a
934 parte do IFTO, não estando no mesmo CNPJ do IFTO com atribuições e atuações
935 independente, disse que esse era o ponto, se era competência ou não do Conselho
936 fazer essa manifestação, e depois se os colegas as entendessem que sim discutiriam
937 o texto, pois o texto tinha chegado pronto e teria que avaliar as nuances. O
938 conselheiro Flávio Eliziário disse que o Sindicato tinha um trabalho brilhante no

939 sentido de defender as pautas dos servidores, mas achava que tinham que ter um
940 carinho naquele momento pela comunidade de Lagoa da Confusão, pois ficava
941 imaginando se do nada chegasse um nota de repúdio do Consup no *Campus* Paraíso
942 Tocantins. Questionou qual seria o entendimento e conotação que isso teria para os
943 servidores e comunidade. Disse que naquele momento deveriam preservar a
944 comunidade, que o Consup tinha que gerir o ambiente institucional que deveria ser
945 propício ao ensino, pesquisa e extensão e não a um conflito que pudesse
946 voltar. Questionou se após a emissão do boletim de ocorrência a polícia tinha
947 conseguido apurar todos os fatos. Disse que a pessoa que tivesse cometido o ato
948 provavelmente não representaria a comunidade do *Campus* Avançado de Lagoa da
949 Confusão. Destacou que o Sindicato tinha instrumentos, mas que o Conselho
950 precisava de mais informações com mais qualidade para compreender o caso e
951 avaliar a situação com mais critérios e mais informações qualitativas. Disse que a
952 causa era justa e que ninguém no Conselho era contra ela, pelo contrário, todos a
953 apoiavam, mas enquanto conselheiros e a responsabilidade que tinham frente a
954 Instituição precisavam ponderar, terem cuidado com toda a comunidade do *Campus*
955 Avançado Lagoa da Confusão, por isso naquele momento optou pela prudência não
956 expondo o *Campus*. O conselheiro Otávio concordou com o presidente de que não
957 deveriam arbitrar o que não significava que não poderiam apoiar a manifestação do
958 Conselho Superior concordando que o sindicato tinha livre oportunidade de fazer
959 suas ações e não coadunava com esse tipo de situação (retirada e ou queimada).
960 Disse que desta forma não estariam falando mal de ninguém, nem do *campus* e nem
961 de nenhum dos seus servidores, mas sim que o Consup concordava que o Sindicato
962 era livre para fazer as suas ações. Disse que isso era pertinente e que não
963 via motivos que os impedissem de dizer que o sindicato que os representava, lutava
964 e brigava pois muitos não participava dos movimento mas acabavam também
965 recebendo os louros da briga dos movimentos. Disse que deveriam respeitar o
966 espaço para que o Sindicato pudesse fazer suas ações, e que independente de quem
967 havia cometido o furto o ato foi desnecessário, podia ter deixado o Significado de
968 fazer a sua ação. Disse que o Conselho deveria apoiar o Sindicato de maneira que
969 ele tivesse abertura livre para suas ações, e não de maneira arbitrária, pois não
970 tinham como julgar e muito menos como apontar. O conselheiro Pietro disse que era
971 louvável a sugestão de levar a demanda para o Consup, pois todos enquanto
972 servidores eram os beneficiados pelas vitórias e conquistas realizadas através do
973 Sindicato, no entanto, disse que qualquer ação que viesse a sair do Consup de forma
974 divulgada e explícita acabaria de certo modo expondo a gestão e a qualidade do
975 *Campus* Lagoa. Disse que todos concordavam com apoio ao Sindicato, mas sugeriu
976 um indicativo do Consup partindo da sua maioria para que a direção do *campus*
977 local fizesse algum tipo manifestação em relação à situação informando que não
978 concordava com o ocorrido (a retirada da faixa), ou seja, com esse tipo de
979 endossamento, mas saindo do Consup em si pactuava da mesma fala dos
980 conselheiros Saldanha, Flávio, Manoel que talvez não fosse o caso do Conselho
981 arbitrar e deliberar sobre. Na sequência, procedeu-se a deliberação do ponto sete
982 (incluso), a saber: deliberação acerca da emissão pelo Conselho de nota de repúdio
983 ao ato de furto da faixa colocada pelo SINASEFE no *Campus* Avançado Lagoa da
984 Confusão. Após apresentação, o item foi submetido à votação, não tendo sido
985 aprovado com quinze votos contrários e dois favoráveis (Andréia e Otávio). Não
986 havendo mais nada a tratar o presidente agradeceu novamente a presença de todos e
987 eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a
presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim,

pelo presidente do Conselho e pelos membros deste Conselho que compareceram à reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fontolan Tardivo, Conselheiro**, em 29/09/2022, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Enumo Gottardi, Conselheira**, em 04/10/2022, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Iomar Lima Lago, Conselheiro**, em 04/10/2022, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Conselheira**, em 04/10/2022, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Conselheiro**, em 04/10/2022, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Delintro de Castro Neto, Conselheiro**, em 04/10/2022, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Gomes Martins, Conselheiro**, em 04/10/2022, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayana Alencar de Matos, Conselheira**, em 04/10/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 04/10/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 04/10/2022, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Souza Moura, Conselheiro**, em 13/10/2022, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Sousa Castro, Conselheira**, em 19/10/2022, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAICON AIDYON SANTOS BRITO, Usuário Externo**, em 22/10/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maicon Aidyon Santos Brito, Conselheiro**, em 22/10/2022, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saldanha Alves Braga, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Eliziário de Souza, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Otávio Cabral Neto, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Oliveira Campos, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yohann Cristian Alves, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elson Martins Neves, Conselheiro**, em 24/10/2022, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Decarli de Assis, Conselheiro**, em 01/11/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dirce Betânia de Oliveira Faustino, Conselheira**, em 01/11/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Brasil Silva Cavalcante, Conselheiro**, em 10/11/2022, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 10/11/2022, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1664294** e o código CRC **4D34B944**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.013027/2022-28

SEI nº 1664294